

A RETERRITORIALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO “ITALIANIZADO”: ENTRE TRADIÇÕES E COSTUMES

Sandra Nicoli¹

RESUMO

No Brasil, a imigração italiana, a partir do século XIX, é caracterizada por ser familiar e com maior procedência vinda da região do Vêneto, na Itália. O projeto imigrantista era fundamentado na pequena propriedade familiar. Minas Gerais tornou-se destino secundário da colonização italiana. As localidades mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, foram pontos de chegada de famílias de migrantes italianos, vindas principalmente do Espírito Santo, mais precisamente de Alfredo Chaves e Castelo. Essa migração promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes, tradições, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade. A pesquisa é de cunho qualitativo, dando preferência aos aspectos vinculados aos costumes e tradições. Através dos relatos orais colhidos com os descendentes das famílias que promoveram uma nova configuração ao território, foi possível perceber a integração e as marcas deixadas através de seus costumes e tradições. Para uma melhor compreensão da reterritorialização em terras mineiras e a formação do território “italianizado”, trabalhamos com a memória dos descendentes das famílias de migrantes italianos e com informações coletadas através de fonte documental dos seus acervos particulares. O objetivo desse estudo é analisar a reterritorialização e a formação do território “italianizado” por essas famílias e, compreender as questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano e as práticas culturais que ajudaram a configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído. Enfatiza-se que os migrantes que se destinaram para as terras mineiras em estudo, eram, em sua maioria, famílias oriundas do Norte da Itália, principalmente do Vêneto. Cabe ressaltar que os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos seus descendentes nascidos no Brasil. A chegada dessas famílias promoveu uma nova configuração ao território, inserindo novas técnicas

¹ Mestre em Gestão Integrada do Território pelo programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – Univale. Graduada em História. E-mail: nicolinicoli@hotmail.com

de manejo da terra, novos costumes, tradições, dialetos, canções, danças e comidas típicas. Assim, suas presenças como sujeitos históricos que se construíram e reconstruíram, e ainda constroem e se reconstróem na dinâmica da vida social são destacadas nas narrativas dos descendentes. Um ambiente coberto pela floresta e um cotidiano regado pelo árduo trabalho são sempre evocados em seus relatos. As experiências narradas mostram a difícil tarefa de transformar aquele espaço em um território apropriado e dominado a partir das relações sociais estabelecidas. As narrativas indicando o intenso trabalho de toda a família, o torna uma forte marca identitária desses atores sociais. Realça-se que, como essas famílias de migrantes já haviam passado por um processo de reterritorialização em outro local, os traços culturais encontravam-se alterados em relação à originalidade italiana. Tanto os traços de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem foram fundamentais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente. A culinária também é uma das marcas mantidas pelos descendentes. A polenta cortada com barbante e o ministrone ainda são alimentos servidos nas festas. A maior relevância nas narrativas sobre os momentos fora das tarefas cotidianas é o momento festivo. Os relatos indicam que as festas eram de italianos, o que reforça a identidade do grupo e os elos de sociabilidade. A comida, a música e a dança traziam de volta momentos da terra natal e reconstituía, no novo território, um ambiente alegre e agradável, quando todos cantavam em dialeto italiano como se estivessem na Itália, tão distante e tão presente ao mesmo tempo. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras. Essas famílias foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Nesse sentido, ao chegar às terras brasileiras, as famílias italianas buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes e da ideia transmitida de que ser italiano/descendente é ser diferente dos brasileiros. Na memória estão presentes tempos difíceis, mas que foram compensados com a transformação do espaço em um território apropriado e carregados de significados. No processo de reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo um território “italianizado” apropriado e dominado a partir das relações sociais estabelecidas. O passado e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento.

Palavras-chave: Migração italiana, reterritorialização, território, memória.

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem num elemento essencial para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais. Nessa acepção, os processos migratórios são por excelência fenômenos complexos cuja compreensão requer o aporte de diversas áreas do conhecimento, pois trazem amplos e complexos processos de desterritorialização e reterritorialização (NICOLI, 2014).

O Brasil, desde o século XVI, se estabeleceu como um importante cenário onde se processou de forma intensa o fenômeno das migrações internacionais. O projeto imigrantista de colonização² era baseado na pequena propriedade familiar. Deste modo, *“tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados ‘vazios demográficos’, com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar”* (SEYFERTH, 2000, p. 309).

Santos (2010) realça que a imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa. A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (BONI, 1990). Nesse contexto, a imigração italiana para o Brasil teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. Os italianos que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, da Lombardia, da Toscana, do Trentino e de outras regiões da Itália junto com suas lembranças e suas raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras (TRENTO, 1989). Segundo Bassanezi (1995), a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

A região vêneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênets nesse período [...]. Traziam como hábito, [...] o de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; [...]. A saída ocorreu somente quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo (ALVIM, 2000, p. 386).

Para os vênets, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (DADALTO, 2009, p. 30).

O sudeste brasileiro teve um grande destaque em relação à imigração italiana e foi o que recebeu a maioria dos imigrantes. Nesse contexto, o atual Estado do Espírito Santo

² O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (DADALTO, 2009).

teve fundamental importância em relação à vinda de imigrantes europeus para o Brasil, em especial os italianos. Levas expressivas de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, sendo direcionadas ao interior do Estado, que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil (NICOLI, 2014). A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção. O projeto imigrantista era baseado na pequena propriedade familiar, as famílias italianas eram, em sua maioria, camponeses provenientes do Vêneto (DADALTO, 2009).

Diferentemente de seus Estados vizinhos (São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro) que receberam os italianos em seus portos marítimos, Minas Gerais foi destino secundário da colonização italiana no Brasil (TRENTO, 1989). Os italianos, que se destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória em um dos outros três Estados do sudeste brasileiro (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Grosselli (1998) apud Biasuti, Loss e Loss (2003) realça ter tido em Minas Gerais duas importantes ondas de imigração. Sendo:

[...] a primeira, de 1880 a 1900, e a outra a partir de 1910; e que, em tese, a entrada de colonos se deu em função dos limites geográficos da província, determinada pela localização dos portos marítimos vizinhos. Foram, por essa razão, três as vias principais de entrada: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (BIASUTTI, LOSS, LOSS, 2003, 77).

O fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais foram os italianos. Mesmo que Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia, a corrente italiana foi a que mais se impôs. No entanto, apesar da presença de estrangeiros, Minas Gerais ainda tinha preferência pelo trabalhador nacional (MONTEIRO, 1994).

Pode-se considerar que há dois perfis de imigrantes italianos em Minas. Os comerciantes e profissionais especializados direcionados para os centros urbanos e, os colonos agricultores direcionados para as zonas rurais. Nas terras mineiras, diversos foram os destinos, tais como: Belo Horizonte, Itueta, Juiz de Fora, Machado, Poços de Caldas, Ponte Nova, Santa Rita do Itueto e São João Del Rey (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Nessa conjuntura, as localidades mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, foram pontos de chegada de famílias de migrantes italianos, vindas principalmente do Espírito Santo, mais precisamente de Alfredo Chaves e Castelo. Essa migração promoveu uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de

manejo da terra, novos costumes, tradições, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade.

O objetivo desse estudo é analisar a reterritorialização e a formação do território “italianizado” por essas famílias e, compreender as questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano e as práticas culturais que ajudaram a configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído.

O estudo é de cunho qualitativo, dando preferência aos aspectos vinculados aos costumes e tradições. Por meio dos relatos orais³ colhidos com os descendentes das famílias que promoveram uma nova configuração ao território, foi possível perceber a integração e as marcas deixadas através de seus costumes e tradições. Para uma melhor compreensão da reterritorialização em terras mineiras e a formação do território “italianizado”, trabalhamos com a memória dos descendentes das famílias de migrantes italianos e com informações coletadas através de fonte documental dos seus acervos particulares.

Enfatiza-se que a migração traz em seu cerne um processo de desterritorialização e reterritorialização. Diversos recursos podem ser utilizados para a compreensão desse processo. Os aspectos vinculados à memória e à narrativa, coletadas por meio da metodologia da História Oral⁴, serão de fundamental importância para compreendermos tais processos, pois essa metodologia permite o registro de práticas, costumes, identidades e tradições referentes à origem. Contribuindo assim, na compreensão do processo de adaptação e de integração dessas famílias no novo ambiente (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

Nesse sentido, considera-se que a memória se traduz num esforço que recupera a história vivida revestida enquanto experiência humana de uma dada temporalidade. Essa percepção de história vivida pode distanciar-se da história compreendida enquanto campo de produção de conhecimento. No entanto, é inegável o enriquecimento obtido com essa aproximação entre a história vivida e a história do campo de conhecimento (PINTO, 1998).

³ Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada: “*I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – A chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália*”. Foram colhidos 29 relatos orais com descendentes mais antigos residentes em Itueta e Santa Rita do Itueto e/ou proximidades. Destaca-se que as lembranças se entrecruzam entre o cotidiano em Minas e Espírito Santo, pois as narrativas intercalam as memórias dos descendentes, dos pais, avós e bisavôs.

⁴ Esta é uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX e consiste na realização de entrevistas gravadas. Ressaltamos que a fonte oral, além de coletada, deve ser interpretada e analisada cuidadosamente. Vinculada ao cotidiano, favorece uma pesquisa com espaço para falas de sujeitos, em geral, anônimos (SILVEIRA, 2007).

A RETERRITORIALIZAÇÃO NAS TERRAS MINEIRAS DE ITUETA E SANTA RITA DO ITUETO

A Mesorregião do Vale do Rio Doce fez parte da estratégia governamental de colonização, tornando-se a última região mineira a ser colonizada (ESPINDOLA, 2005). E foi nessa conjuntura que as localidades de Itueta e Santa Rita do Itueto, no início do século XX, foram palco da chegada de diversas nacionalidades de imigrantes tais como: italianos, alemães (pomeranos), portugueses, espanhóis e de migrantes de origem brasileira. Realça-se, inicialmente, que a presença da origem italiana se tornou marcante, ao longo dos anos, em relação às outras nacionalidades (NICOLI, 2014).

A título de localização, pode-se visualizar, na figura 01, a Microrregião de Aimorés, situada na Mesorregião do Vale do Rio Doce, e os municípios que a compõem, entre eles, Itueta e Santa Rita do Itueto, focalizados nesse estudo.



Figura 01: Microrregião de Aimorés – MG

Fonte: Elaboração própria. 1. Aimorés, 2. Alvarenga, 3. Conceição de Ipanema; 4. Conselheiro Pena; 5. Cuparaque; 6. Goiabeira; 7. Ipanema; **8. Itueta**; 9. Mutum; 10. Pocrane; 11. Resplendor; **12. Santa Rita do Itueto**; 13. Taparuba

No início do século XX, o Vale do Rio Doce via sua paisagem sendo modificada com a abertura da floresta para a construção e fornecimento de carvão para a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). O desejo de construção de uma ferrovia ligando Minas ao litoral espírito-santense existia desde meados do século XIX, porém somente em

princípios do século XX é que se dá o início da construção da ferrovia. Inicialmente vista como eixo exportador de minério de ferro, ligando Minas Gerais e Espírito Santo, a ferrovia foi avançando e penetrando pelo Vale do Rio Doce (BRITO e PINHEIRO, 2009).

A construção da ferrovia foi, segundo Espindola (2000), o principal fator de aceleração para colonizar o Vale do Rio Doce. Destaca-se que um dos primeiros benefícios da ferrovia foi a ligação comercial entre terras mineiras e espírito-santenses. Outro aspecto importante foi a possibilidade de transporte oferecida aos migrantes que optassem por construir uma nova vida em outras terras (ESPINDOLA, 2005). Nesse contexto, no início do século XX, por volta dos anos de 1920, Itueta e Santa Rita do Itueto viram suas férteis terras sendo povoadas por migrantes de origem brasileira, portuguesa, espanhola, alemã (pomerana) e por um contingente expressivo de origem italiana (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Nos estudos sobre a imigração italiana no Brasil, mais especificamente sobre a procedência regional e o perfil, é possível verificar que a migração de origem italiana para as terras mineiras segue o mesmo padrão. Portanto, os migrantes que se destinaram para Itueta e Santa Rita do Itueto eram, em sua maioria, famílias camponesas oriundas do Norte da Itália, principalmente do Vêneto. Cabe destacar que os imigrantes italianos chegaram numa proporção menor, se comparados aos seus descendentes nascidos em terras brasileiras. Esses descendentes eram, em sua maioria, nascidos no Espírito Santo, mais precisamente nas regiões⁵ de Alfredo Chaves e Castelo (NICOLI, 2014).

Realça-se que a maioria dessas famílias, imigrou primeiramente, quando desembarcaram no litoral do Espírito Santo, para a região de Alfredo Chaves. Após alguns anos, devido, sobretudo, ao crescimento populacional e a oferta de novas terras em outras regiões espírito-santenses, muitas famílias italianas optaram por migrar para a região de Castelo, que ainda estava praticamente inabitada e o preço da terra era mais acessível. Portanto, partem famílias de imigrantes italianos, tanto da região de Alfredo Chaves quanto de Castelo para Itueta e Santa Rita do Itueto. A rede de parentesco, amizade e informações cumpriu papel fundamental na decisão de migrar para Minas (NICOLI, 2014).

Segundo Marandola e Dal Gallo (2010) migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Portanto, implica sair dos territórios de segurança e lançar-se ao mundo,

⁵ Por compreender que no momento da chegada dos imigrantes italianos, a partir da segunda metade do século XIX, o Espírito Santo não possuía a atual divisão territorial, utilizaremos o termo região.

a lugares de pouca ou nenhuma familiaridade. Assim, o destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais quanto espaciais.

Nesse sentido, as famílias de migrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2009).

[...] o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica [...]. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p.83) .

Nessa definição, no território as relações sociais se materializam e se reproduzem em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos. A identidade é um componente fundamental na constituição do território. Segundo Saquet (2010, p.25), os territórios e as territorialidades

[...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade.

Segundo Saquet (2009, p. 212) o território é

[...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior*(do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

O conceito de lugar é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade diária, ou seja, nas estratégias sociais (SAQUET, 2003). Nessa acepção, a territorialidade é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico. Ela é cotidiana e sempre revela relações de indivíduos ou grupos sociais (NICOLI, 2016).

Saquet (2003, p. 26) afirma que a territorialidade

[...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em sistemas, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, [...].

Para Raffestin (1993) a territorialidade resume a maneira como a sociedade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstróem seu território

de origem no novo ambiente. Na perspectiva da migração, “os migrantes reconstruíram e ainda reconstróem seu território de origem no novo espaço, mantendo, aperfeiçoando e re-modificando territórios e territorialidades, englobando comportamentos sociais e estratégias de convivência” (NICOLI, 2014, p. 28 e 29).

Saquet (2003) enfatiza que a desterritorialização nunca é total ou desvinculada dos processos de reterritorialização. Simultaneamente à des-territorialização dá-se a re-territorialização.

São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características (SAQUET, 2003, p. 39).

Segundo Saquet (2009, p. 214), “o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente”.

Nesse sentido, a formação de um território não se dá sem os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. A territorialização pode ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade (NICOLI, 2014).

Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no novo lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (SAQUET, 2009, p. 216).

Nesse contexto, as famílias de origem italiana estabeleceram relações sociais desde a partida até a chegada ao destino. Na desterritorialização perderam, em parte, os aspectos e elementos da vida cotidiana. Tentaram reproduzir, da melhor forma, as relações sociais, as identidades, as tradições e os costumes no novo território, com permanências e mudanças; na reterritorialização reorganizam suas vidas. Os processos de desterritorialização-reterritorialização tornam-se intimamente ligados na dinâmica socioespacial e fundamentais, para se compreender as práticas humanas (NICOLI, 2016, 232).

Desde a chegada das famílias de migrantes italianos, às terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto, é possível alegar que estas áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de costumes, tradições, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias fez com que elas fossem vistas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades (NICOLI, 2016). Nesse sentido, o território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Sendo assim, no decorrer do processo de reterritorialização as famílias de origem italiana se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência (NICOLI, 2014).

A decisão por migrar para as terras mineiras localizadas próximo à divisa interestadual ocorreu devido à estagnação econômica e a impossibilidade de garantir o sustento das novas famílias, constituídas pelos filhos dos imigrantes italianos, resultando um contexto de fracionamento da terra. Diante da situação, uma alternativa foi uma nova migração, agora com destino a Minas Gerais. O motivo dessa escolha era a qualidade e o baixo valor das terras, a abundância de nascentes de água, e as florestas conforme observou Nicoli (2016).

Assim como as famílias que partiram da Itália rumo ao Brasil, no século XIX, as novas famílias constituídas pelos filhos dos imigrantes estabelecidos no Espírito Santo optaram por migrar, quando suas pequenas propriedades já não ofereciam mais condições para o sustento da família. Nesse sentido, o grande anseio era de se tornarem também proprietários de terras, já que as terras adquiridas pelos pais, no momento da chegada ao Espírito Santo, tornaram-se pequenas para o sustento de toda a prole (NICOLI, 2014).

Eles eram tudo casado sabe.? Então êis começo adquirir filho, essas coisas... E lá a propriedade era muito pequena e já tinha um dinheirinho guardado lá e vieram para aqui porque aqui os terreno era baratinho né. Então eles veio e se possiaram aqui. [...] Barato. Baratinho [se referindo ao preço da terra em Minas]. (A. Nicoli 1⁶, 81 anos, Itueta).

[...]. Meu pai quando veio para Minas, [...] era mata purinha. [...] Santa Rita era mata pura! [...] não tinha nenhuma casa. (pausa). [...]. Era mata pura! (A. Bersan, 94 anos, Resplendor).

Era só mata. Só matas. Não tinha [...] café, milho, pasto, essas coisas, era tudo mata. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

⁶ A identificação será feita através da letra do primeiro nome e do sobrenome. Dois descendentes possuem o primeiro nome com a letra A, são da mesma família e com a mesma idade. Sendo assim, a identificação desses terá além da primeira letra do nome e sobrenome, a numeração 1 e 2 para distingui-los.

Outra atração era a existência de nascentes de água em grande quantidade, que significava produção e prosperidade.

[...] os italiano antigo falava assim: “aonde é que tem muita água e tem queda de água, tem prosperidade.” (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

Era a fertilidade do solo a terceira atração. Como a ocupação ainda era tímida, havia muitas terras boas para o cultivo e produção. Segundo Espíndola (2005), a fertilidade das terras, após a derrubada da floresta, era o principal fator que impulsionava a ocupação do Sertão. Portanto, a fertilidade e o preço baixo das terras se comparados a outras localidades, foi o principal fator de atração das famílias de origem italiana que optaram por migrar para as terras mineiras.

[...], é muita fartura. Eles só falam que tinham muita fartura. Que nossa mãe! Aqui era uma benção, que tudo que plantava até estragava, fartura demais! [...] Porque tudo que prantava dava com fartura, né. (J. Magri, 67 anos, Santa Rita do Itueto).

A migração interna, segundo Dadalto (2009), tinha como objetivo a procura de mais e melhores terras – projeto que vieram construir e concretizar por meio do árduo trabalho.

Em relação à migração interna, o Sr. M. Ton faz a seguinte observação:

Ao decidirem emigrar para Minas estes adquiriam mais terras com preços mais em conta em relação ao Espírito Santo e para a sobrevivência da família mais terras teriam. E os que ficaram [ES] passariam a ter mais terras, pois houve o esvaziamento das terras por algumas famílias. Então, era solução para quem permanece [ES] e para quem migra [MG]. (M. Ton, 77 anos, Santa Rita do Itueto).

Nicoli (2014) realça que as famílias de origem italiana possuíam um elevado conhecimento de técnicas para trabalhar na terra,

[...] e a experiência adquirida em solo espírito-santense, na chegada, foi de essencial importância para iniciarem uma vida nova nas terras pouco habitadas do Sertão do Rio Doce. A agricultura foi, portanto, a base econômica da ocupação humana nas terras mineiras de Itueta e Santa Rita do Itueto (NICOLI, 2014, p. 87).

Tais localidades são tipicamente rurais, prevalecendo propriedades de caráter familiar. A base econômica está fundamentada na agricultura. A produção cafeeira e a pecuária leiteira constituem suas principais atividades econômicas. Enfatiza-se que a configuração social do território foi marcada pela pequena propriedade rural e pela cultura cafeeira conforme ressaltou Nicoli (2016).

Para as famílias de origem italiana, a terra tem uma importância significativa. Ainda crianças aprendem o cuidado para com ela. Conforme Franzina (2006) *apud* Dadalto (2009), a terra significava, para as famílias imigrantes, o porto para o qual se voltavam todas as esperanças, talvez até a meta das maiores ambições. Nessa acepção, a posse da

terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade.

Segundo os descendentes mais antigos, os pais e os avós (*nonos*⁷) sempre contavam como foram difíceis a vinda, a chegada e a instalação, dificuldades essas observadas através das narrativas. Enfatiza-se que está presente na maioria dos relatos a descrição dos tempos difíceis, a derrubada da mata, a construção das casas para abrigo e a formação das lavouras.

A vinda pra cá naquela época era bem difícil, [...]. Saí de um lugar santo pra vim pra um lugar desse, no meio de uma mata... (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Tudo mata pura. Lutando com dificuldade e tali, foi assim. A vida aqui foi trabalhar, lutar e trabalhar. (S. Daros, 97 anos, Santa Rita do Itueto).

[...] naquela época, [...]. Aqui era mata pura! Cê vê eles conta! Era mata purinha, purinha! Aí êis [...] fazia [...] aquelas barraca. Aí, ali eles ficava e começava a dirrubá pra pode começar a vida. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

As experiências narradas mostram a difícil tarefa de transformar aquele espaço em um território. A Mata Atlântica não apresentava condições para viver e a decisão de sair de um território conhecido, levava-os a pensar que deixaram um lugar santo. A família deveria transformar a mata em terras cultivadas e moradia, mas talvez o maior desafio seria *re-significar* a mata como oportunidade de trabalho. Na realidade, a terra comprada era apenas uma projeção, um projeto de futuro que, no momento da chegada, se apresentava bem distante do sonho acalentado em cultivar boas porções de terra. Um sonho que os levava a pensar na alegria das colheitas, mas poupava-os dos momentos árdusos. O novo território se constituía na oportunidade de reviver o sonho dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, com a promessa de terra farta e inteiras condições de desenvolvimento. A impossibilidade de manter o sustento das novas famílias constituídas em solo espírito-santense lançou-os rumo ao desconhecido, como os seus antepassados (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

A luta do cotidiano das famílias de migrantes, nos primeiros anos de chegada em terras mineiras, foi de desmatamento⁸ para a formação das lavouras. Sendo assim, ao longo dos anos e com toda a família na lavoura começaram a adquirir mais terra e gado. A produção era familiar e todos os homens, mulheres, e crianças a partir dos seis anos de idade trabalhavam na terra. De tal modo foram ampliando suas terras que se tornaram

⁷ É a maneira que os descendentes de imigrantes italianos chamam/tratam os avós e bisavós.

⁸ Segundo Scalzer (2015, p. 148) “devemos ainda lembrar que todo esse processo ocorreu de forma paulatina. O desmatamento ocorreu em consonância com as necessidades dos imigrantes”.

importantes produtores de café, além de criadores de gado para corte, produção de leite e queijo, até os dias atuais (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

Convém salientar que uma das especificidades de Itueta e Santa Rita do Itueto, onde se contou com a ocupação de descendência italiana, foi a preservação das matas. Nos lugares em que foi preciso desmatar, utilizou-se a conservação dos topos dos morros. Assim, é possível notar logo ao chegar a essas localidades a diferença em relação à preservação das matas, cenário também observado em Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo.

O cotidiano dessas famílias em solo mineiro não foi diferente do que se presenciou em solo espírito-santense. O empenho do dia-a-dia se fez através de muito trabalho, para que o objetivo principal de se tornarem proprietários de suas terras se tornasse realidade.

E o tempo colhia bem. Colhia as coisas. Plantava o milho, plantava arroz, feijão, plantava café. A gente mesmo. Nós trabalhava. E o nosso pai não botô nós na escola. Nunca quis pô. [...] Ele queria que a gente trabalhasse. [...] Às vezes eu era muito pequena que não sabia direito ficava a outra irmã lá. Tomando conta. Então eu ia pra roça também junto. Fazia pouco, mas o pouco que fazia já ajudava. [...] Ah... A gente não, não tinha... a gente não tinha folga não. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Todo mundo trabalhava. Era mulher, homem, mulher casada, tudo ia para a roça. E nós de dia? No cabo da enxada. Pra enxada. O dia inteiro. Capinar café, dirigiçar café, panhar café, tudo. É, a vida era apertada. [...] Meu Deus do céu! (A. Nicoli 1, 81 anos, Itueta).

É significativo que as narrativas evoquem com frequência o cenário da mata e o trabalho árduo, revelando a estranheza das famílias que saíram de um ambiente já organizado no Espírito Santo e se deslocaram para uma região com poucos ou quase nenhum recursos. A referência à mata se torna fundamental para assinalar o esforço de transformação levado a cabo. Em todas as narrativas está presente o intenso trabalho de toda a família, que se torna uma forte marca identitária dessas famílias que se estabeleceram em Minas. Para essas famílias era o trabalho que os dignificava (NICOLI, GENOVEZ e SIQUEIRA, 2013).

No entanto, o dia-a-dia dessas famílias não foi apenas de trabalho árduo. A semana era toda regradada pelo trabalho no campo, porém na maioria das noites de sábado conseguiam expor suas emoções e alegrias nos bailes e casamentos. As festividades religiosas e culturais também eram tidas como momentos de encontro conforme afirma Nicoli e Siqueira (2012).

Enfatiza-se que, como essas famílias de migrantes já haviam passado por um processo de reterritorialização em outro local, os traços culturais encontravam-se alterados em relação à originalidade italiana. Nesse sentido, tantos os traços de

continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem foram essenciais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente conforme destacou Nicoli (2014).

Trouxeram para as terras mineiras, além de suas práticas de cultivo da terra, suas tradições, novos costumes, dialetos, canções, danças, comidas típicas, seus valores, suas festas e sua religiosidade que acabaram moldadas pelas condições geográficas, climáticas e culturais do novo ambiente. Conforme Espíndola (2005a), as crenças, os valores e o ritmo de vida são ditados pela necessidade do trabalho, pelas condições modestas e pelas tradições herdadas.

Era só italianos! [...] E os italianos são muito alegre, muito felizes, [...], existe ainda, a tarantela, todo mundo cantando as músicas italiana, [...], que eles cantavam, quando eles vieram, [...]. Ah era assim, [...] trabalhavam muito. Mas era assim, todos feliz, [...] a tarde chegava do trabalho, tomava um banho, jantava, rezava o terço, [...]. Todo mundo ajoelhava nos banco na sala assim, rezava o terço depois ia dormir. Quando era no domingo, [...] todo mundo ia pro terço [...] numa igreja piquena, [...] aí rezava o terço. [...]. (R. Benicá, 70 anos, Santa Rita do Itueto).

A festa que eles fazia, mais é de italiano aí nas época. Naquelas época, vamos dizer na comida, as comida que eles põe, num era negócio de churrasco, cerveja, esses trem. [...], era a bebida alcoólica e o vinho, vinho e alguma cachaça ou outras bebida quente, e a comida era um feijão, eles falava tutu de feijão. Hoje [...] eles fala feijão tropeiro, naquele tempo falava tutu de feijão. Fazia, macarrão à vontade, por exemplo, tipo comida assim, de servir mesa né, prato. Todo mundo comia no prato e mais as bebida era o vinho, um pouco de bebida alcoólica e eles cantava muito a música italiana. [...] Cantava aquelas músicas na língua italiana e tocava. Tinha [...] uns que tocava, uns italiano véio que tocava também... [...] Tocava a Sanfona. [...]. E dançar, [...]. Nós dançava assim: o sol cobria lá... acendia as lamparina, era lampião nas parede assim, com óleo, lampião. Nós dançava das sete as sete da manhã ué. [...]. Naquele tempo tinha as dança boa de dançar [...]. Aquele tempo nós dançava bem o xote, a valsa, a rancheira que alguém fala mazuca [...]. Era esses toque assim, que nós dançava, o xote. Pro cê ter uma idéia, dançava era sempre em casa [...] de assoalho [...], a sanfona, o italiano trata como remônica... [...] remônica [...]. E o sanfoneiro. Até o dia clarear... [...]. (A. Nicoli 2, 81 anos, Itueta).

Realça-se que as famílias de migrantes italianos mantiveram uma relação de respeito e amizade com os não descendentes de italianos⁹ que viviam na região. Entretanto, os casamentos só aconteciam entre as famílias de descendência italiana. O casamento com os brasileiros, como designavam os não descendentes, não era bem aceito. A partir dos relatos dos descendentes mais antigos, o melhor era que se casassem entre os de mesma descendência, pois tinham os mesmos costumes e valores. Atualmente, descendentes a partir da quarta geração parecem não possuir restrições ao casamento com não descendentes, mas ainda se referem a esses como “brasileiros” (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

⁹ Embora apenas uma pequena parte dos imigrantes tenha nascido na Itália, eles e seus descendentes se denominam italianos e atribuem aos não descendentes o adjetivo de “brasileiros”. Expressão muito comum na região: “nós e os brasileiros” ou “nós e os italianos” (NICOLI e SIQUEIRA, 2012).

O meu pai ele era muito racista. [...]. Ele não queria que a gente misturasse a raça de jeito nenhum. [...] Ele tratava muito bem, mas, misturar o sangue não. [...] Italiano com italiano. Ele falava: “brasileiro com brasileiro. Italiano com italiano”. (L. Marchioro, 73 anos, Itueta).

Tudo italiano! Oê cruzava, que oê num achava um brasileiro. Tudo italiano. [...] Nós casava tudo entre nós. (A. Benicá, 73 anos, Itueta).

Enfatiza-se que, entre os descendentes mais antigos residentes na região, ainda há a permanência da fala em dialeto italiano, danças, canções italianas e de comidas típicas. A culinária é uma das marcas mantidas pelos descendentes. A polenta cortada com barbante, ministrone ou minestra são ainda alimentos servidos nas festas, mantendo a memória daqueles que partiram da Itália em direção ao Brasil. No entanto, é possível perceber que há uma adaptação identitária, especialmente aquela referente à culinária típica italiana. Alguns elementos são mantidos, porém outros elementos são inseridos (NICOLI, 2014).

A migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino. Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, estando ainda presentes nos dias atuais. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras brasileiras. Foram, portanto, agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram, seja da Itália ou da localidade de onde partiram em direção a Minas Gerais. Realizou-se, neste sentido, o objetivo de fazerem das novas terras “la nuova pátria”. Nesse contexto, o novo território foi construído e apropriado, a partir das relações sociais e se tornou um território “italianizado” nas terras das Gerais (NICOLI, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar às terras brasileiras, as famílias italianas buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser italiano/descendente é ser diferente dos “brasileiros”. Assim, ao persistir na memória dos descendentes a história de vida, contada pelos antepassados sobre a trajetória e a inserção na nova sociedade, pôde perdurar ao longo dos anos. Nesse sentido, as famílias de migrantes italianos e seus descendentes, no

processo de reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo “territórios italianizados” apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas. Foram agentes de sua própria história, no sentido de construir seu próprio espaço num território desconhecido. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Na memória estão presentes tempos difíceis, mas que foram compensados com a transformação do espaço em um território apropriado e carregados de significados. O passado e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.
- BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. **Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais**. Subsídios para uma história da imigração italiana. Sd: Belo Horizonte, 2003.
- BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 vol.
- BRITO, Adilson Aguiar; PINHEIRO, Tiago Cisalpino. O processo econômico de ocupação do Médio Rio Doce. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo. (Org). **Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.
- DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Vida Rural: Usos, Costumes e Objetos**. Projeto de Prática de História III e IV. Governador Valadares. Fevereiro-julho de 2005a. Projeto Pedagógico do Curso de História e Projeto intitulado “Memória, Documentação e Cotidiano”, aprovado pela Resolução CONSEPE 029/2000.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce. **“Caderno de Filosofia e Ciência Humanas”**, da Faculdade de Ciências Humanas e Letras do Centro Universitário Newton de Paiva. Ano VIII, número 14, abril de 2000.
- MARANDOLA, Eduardo Jr.; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, p. 407-424, jul./dez. 2010.
- MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

[NICOLI, Sandra](#). Em terras brasileiras: famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. In: I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, 2015, Vitória - Espírito Santo. I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias - Caderno de Anais. Vitória - ES: LEMM, 2016. v. 1. p. 224-236.

NICOLI, Sandra. //Emigração em Ituetá e Santa Rita do Ituetá – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**. Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>.

[NICOLI, Sandra](#).; SIQUEIRA, Sueli. Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: Beatriz Padilla; Elsa Rodrigues; Erika Masanet; Gleiciani Fernandes; Mariana S. Gomes; Thais França. (Org.). **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: atas do 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa**. 1ed. Lisboa - Portugal: ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa, 2012, v. 01, p. 29-42.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, n.17, 1998, p. 203-211.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**. Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir et al (orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES). Entre a memória e a história**. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e Memória: a construção de um perfil de Historiador-Etnográfico. **Ciência E Conhecimento** – Revista Eletrônica da Ubra São Jerônimo – Vol. 01, 2007, História, A.2.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

